

Juventude e Cidadania: uma crítica à estetização

Teresa Cristina Esmeraldo Bezerra¹

15

ESTUDOS - Estudos Universitários

Introdução

O tema deste trabalho diz respeito à questão da juventude e da cidadania, considerando-se as transformações que vêm ocorrendo na construção social da juventude na cultura contemporânea. Trata-se de uma temática atual e instigante, em especial para aqueles (as) que pesquisam e atuam no cotidiano das políticas sociais públicas. Imagino que a melhor forma de tratá-la é tomar como base para o diálogo algumas questões iniciais que podem orientar a reflexão, quais sejam: O que é juventude? Como pensar esta categoria no contexto contemporâneo? Quem são os jovens de hoje? Quando se inicia e se deixa de ser jovem na nossa sociedade? Quais os significados do ser jovem na atualidade? Qual a relação destas indagações com a questão da cidadania?

¹ Professora do Curso de Serviço Social, da Universidade Estadual do Ceará, Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade Federal de Pernambuco.

² As políticas públicas de juventude são consideradas políticas setoriais e por segmento da população, cuja emergência relaciona-se ao reconhecimento dos jovens (para além da adolescência) como sujeitos de direitos por parte do Estado, englobando, quanto ao critério etário, a faixa etária dos 15 aos 29 anos. No Brasil, tal reconhecimento deve-se às mudanças na condição juvenil no contexto contemporâneo, as quais serão explicitadas neste artigo. Maiores esclarecimentos. Cf. FREITAS, M.V. & PAPA, F. C. (Org.) *Políticas públicas: juventude em pauta*, São Paulo: Cortez: Ação Educativa, Assessoria, Pesquisa e Informação: Fundação Friedrich Ebert, 2003.

Embora não tenha a pretensão de dar respostas para todas estas interrogações, elas podem servir de fio condutor ao debate, pois se encontram, atualmente, no centro das reflexões dos pesquisadores que discutem a juventude como categoria social e as chamadas *políticas públicas de juventude*². Como bem argumenta Regina Novaes, as respostas a tais indagações podem revelar não só diferentes perspectivas teóricas de análise, mas *campos de disputa econômica, política, ideológica e conflitos entre e intergerações* (2006, p. 105).

Para se ter uma ideia, bastaria que fizéssemos um exercício coletivo na busca de encontrar respostas para aquelas interrogações. Causaria surpresa provavelmente, a diversidade e heterogeneidade das concepções sobre juventude, a depender das condições sócio-econômicas, das situações histórico-culturais dos indivíduos e de suas visões de mundo, mediadas por

determinantes de classe social, gênero, raça, etnia, região em que vivem, religião, etc. Esta heterogeneidade, no entanto, não impede a identificação de traços recorrentes e de tendências gerais que atravessam hoje as diversas concepções sobre juventude na nossa sociedade.

Neste sentido, embora não desconsiderando a heterogeneidade que atravessa quer as visões sobre a juventude como categoria social, quer os modos como a condição juvenil pode ser vivenciada pelos diferentes jovens, buscarei identificar aqui os aspectos recorrentes que se acham presentes nas construções sócio-históricas sobre tal categoria. O ponto de partida da reflexão é o contexto moderno, dada a sua íntima relação com a emergência da juventude como categoria específica da sociedade, diferenciada quer da infância, quer da maturidade.

Este procedimento toma por base a idéia de que as construções sócio-históricas sobre a juventude podem revelar os modos como cada sociedade fabrica e institucionaliza tal momento do ciclo da vida. Daí ser necessário, para uma abordagem inicial que se pretende crítica, não desprezar tais construções, nem os valores e interesses que aí se podem revelar.

1. JUVENTUDE, CONDIÇÃO JUVENIL E CIDADANIA NA MODERNIDADE

Atualmente, já se tornou lugar comum entre os pesquisadores que discutem juventude, a afirmação de que definir tal categoria não é tarefa fácil, pois não há uma concepção única, que seja válida para todas as épocas e sociedades. Assim, a juventude configura-se como uma construção sócio-histórica e cultural, realizada com base nas ações, nos comportamentos, nas formas de pensamento e nas linguagens atribuídas quer aos indivíduos considerados jovens, quer àqueles pertencentes aos demais grupos etários. Uma construção de caráter relacional e simbólico, que, por sua vez, traduz o modo como cada sociedade fabrica e institucionaliza o ciclo da vida dos indivíduos, desde o seu nascimento até a maturidade e a velhice.

Mas o que significa afirmar isto? Em outras palavras, significa dizer que as definições sobre o que é ser jovem, quem é considerado jovem, quando se inicia e se deixa de ser jovem *variam conforme o tempo*, a experiência histórico-cultural dos indivíduos sociais, e *são sempre diferentes nas diversas culturas e espaços sociais* (Novaes: 2006).

Neste sentido, como afirmam os historiadores Levi e Schmitt (1996), a juventude, como as demais épocas do ciclo da vida, é *uma construção social e cultural*. Sua marca, no entanto, seria a condição de limite e de *transitoriedade*, pois, para eles, a juventude se situa no interior das margens móveis entre a dependência infantil e a autonomia da idade adulta, naquele período de pura mudança e inquietude em que se realizam as

promessas da adolescência, entre a imaturidade sexual e a maturidade, entre a formação e o pleno florescimento das faculdades mentais, entre a falta e a aquisição de autoridade e de poder (1996:7-8).

No entender destes historiadores, a *liminarietà*, a *transitoriedade* e a *provisorièdade* contribuíram para que a juventude fosse *irredutível a uma definição estável, concreta* (Idem: 8). Como atribuir sentido a algo transitório, instável, passageiro? Esta é uma das questões centrais com a qual se deparam todas as sociedades, ao se interrogarem sobre a juventude, contribuindo para que a categoria carregue consigo diversos *significados simbólicos, promessas, ameaças, potencialidades e fragilidades* (Idem: 8). Em todas as sociedades, dizem Levi e Schmitt, a juventude tem sido objeto de *atenções ambíguas, ao mesmo tempo cautelosas e plenas de expectativas* (Idem: 8).

Ao se considerar o critério etário como princípio classificatório dos indivíduos sociais, a idade, por si só, já configura uma *característica específica e evidente*, qual seja: *do ponto de vista dos indivíduos ela é transitória*. Ao contrário, por exemplo, de outros princípios como a classe social, a definição sexual, a raça, que revelam uma condição de pertencimento a um estatuto social relativamente mais estável. De acordo com tal concepção, *a juventude representaria para cada indivíduo uma condição provisória*, ou seja: *os indivíduos não pertencem a grupos etários eles os atravessam* (Idem: 9).

Mas o que significa afirmar esse aspecto transitório, liminar e provisório da juventude? Para aqueles historiadores é justamente este o caráter essencial e típico da categoria, que

conjugado com a maior ou menor brevidade da passagem pela condição jovem (juvenil) caracteriza, em última análise (de maneira diversa nas diferentes sociedades) a juventude, determinando tanto as atitudes sociais, as atitudes dos "outros" no seu confronto, quanto a visão que os jovens têm de si mesmos (Levi e Schmitt, 1996:9).

Esta concepção de juventude ainda presente até os dias de hoje, embora com significativas mudanças de conteúdo, representada como uma etapa transitória da vida, situada entre a infância e a vida adulta, trata-se, no entanto, de uma construção tipicamente ocidental e moderna. Uma construção que se articula a uma visão sobre os jovens como sujeitos singulares, cujos sentimentos, desejos, ações e comportamentos são considerados típicos desse momento da vida, que se diferencia, quer da infância, quer da vida adulta e da velhice.

As sociedades dos séculos XVI ao XVII, como argumenta Philippe Ariès (1981), não estabeleciam ainda uma nítida demarcação entre infância e juventude e não tinham sequer uma noção clara do que hoje se denomina adolescência. Até o século XVIII, a infância foi confundida com a adolescência. Tal indiferenciação podia ser observada quer nas iconogra-

fias da época (crianças vistas como adultos em miniatura), quer nos usos indiferenciados de certos termos (juventude, infância, mocidade, infantes, púberes e similares) para designar um momento do ciclo da vida, uma condição sócio-cultural tida como comum, e os sujeitos aí inscritos.

O signo emblemático desta condição seria a relação de dependência para com o mundo adulto, tanto do ponto de vista sócio-econômico e político-cultural, quanto no sentido afetivo-emocional. A entrada e a saída nesta condição eram marcadas por uma série de rituais³ que garantiam a passagem diretamente da infância para a vida adulta.

Na passagem para a modernidade, a descoberta da infância e a preocupação com as crianças, que se encontra no centro da emergência da família nuclear burguesa, o processo de *degerontocratização*⁴ da sociedade (Morin: 2002, 148), a complexificação da divisão social e técnica do trabalho, a exigência de extensão da educação e o surgimento de instituições responsáveis por uma socialização secundária, como a escola, são alguns dos fatores que irão contribuir na construção da juventude como categoria específica da sociedade, no sentido clássico-moderno.

É no horizonte da modernidade, portanto, que vai emergir uma nova forma de *institucionalização ou cronologização do curso da vida* dos indivíduos (nascimento, transição, maturidade e velhice), em que *a juventude* passa a corresponder *a uma segunda etapa de socialização*, para além do espaço familiar, marcada pela idéia de transição (Abramo: 2005, 41). O tempo da juventude será visto, a partir de então, como momento de aprendizado e de preparação para o exercício futuro dos direitos e deveres que caracterizam a cidadania moderna.

3 Mesmo reconhecendo a indiferenciação entre infância e juventude argumentada por Ariès (1981), Schindler (1996) menciona rituais diferenciados, conforme o gênero e a classe social, que já demarcavam a construção de uma 'cultura juvenil' distinta daquela da infância e do mundo adulto nos séculos XVI e XVII. Tais rituais sinalizavam para a presença de provas, as mais diversas, que possibilitavam a saída da infância e a entrada no mundo juvenil (testes de coragem, assunção de uma linguagem diferenciada, acesso aos lugares e espaços próprios, etc). Ele argumenta, também, sobre a ritualização da saída deste universo juvenil, por intermédio da constituição de uma nova família, mediante a instituição do casamento; pela via da aquisição de independência financeira, graças à conquista de uma herança ou pela entrada no mercado de trabalho; enfim, pela assunção de um *status* público-político de cidadania. No entanto, para este historiador as relações entre jovens e adultos, nos primórdios da modernidade, eram consideradas mais *flexíveis*, pois aos jovens se "permitia" maior liberdade de ação, dada a idéia de experimentação ser considerada típica deste momento da vida. Daí os jovens terem assumido a função de "tutores da desordem", responsabilizando-se pela organização do carnaval, de festas populares, e de diferentes rituais em que se dava uma inversão dos papéis sociais, num processo de aprendizado dos futuros lugares e funções que assumiriam nas comunidades. Esta visão sobre a juventude nos primórdios da modernidade sofrerá descontinuidade com o avanço da industrialização e urbanização, prevalecendo uma relação diferenciada e de distanciamento entre as gerações, bem como uma perspectiva de disciplina e controle em relação à "desordem juvenil". Cf. SCHINDLER, N. Os tutores da desordem: rituais da cultura juvenil nos primórdios da era moderna. In: LEVI, G. & SCHMITT, C. trad.br. Cláudio Marcondes, Nilson Moulin, Paulo Neves. *História dos jovens: da antiguidade à era moderna*, São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p.p.265-324.

4 Este processo é compreendido como a perda da centralidade e do poder dos velhos na hierarquia das sociedades, sobretudo modernas, quer no mundo do trabalho, nas instituições sociais e políticas; quer no âmbito da cultura. A associação entre velhice, tradição, memória e sabedoria, que outrora dera poder aos anciãos não se sustentará mais numa *civilização em constante transformação*, onde *o essencial é a adesão ao movimento* e não a *experiência acumulada*. Daí a promoção da *juvenilidade* e sua associação às idéias de novidade, novo, modernidade. Cf. MORIN, E. Juventude. In: *Cultura de massas no século XX: neurose*. Trad.br. Maura Ribeiro Sardinha. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002, p.p.147-157.

Tal cidadania está ancorada nos ideais de liberdade, autonomia, emancipação e reconhecimento social dos indivíduos como sujeitos plenos de direitos: o direito de decidirem sobre o seu destino e os destinos da cidade. Suas bases se assentam na inserção no mundo da produção (entrada no mercado de trabalho – independência financeira); na esfera da reprodução social (formação de uma nova família – capacidade de gerar e cuidar dos filhos – autonomia emocional); e no âmbito da participação social e política (nas decisões, direitos e deveres que regulam a sociedade – emancipação social e política).

A chamada *condição juvenil* passa a ser definida, então, mediante o clássico conceito de *moratória social*, a saber: um tempo de suspensão e de adiamento dos direitos, deveres e responsabilidades atribuídos aos cidadãos adultos. Um momento dedicado à formação, ao aprendizado e à preparação para o exercício futuro das diversas dimensões da cidadania. Uma construção que contemporaneamente se aproxima mais daquilo que se costuma denominar de adolescência⁵.

Até meados do século XX, esta concepção clássica de juventude e de condição juvenil permanece associada à idéia de etapa transitória, situada entre a infância e a maturidade, correspondente a uma segunda socialização, para além do espaço familiar, cujo objetivo era a preparação para o exercício futuro da cidadania. Uma tarefa a ser realizada por intermédio de instituições responsáveis por garantir tal transição, como a família, a escola e o emprego assalariado. A pergunta central para quem se situava na condição juvenil era, portanto, aquela de como se tornar um adulto, um cidadão considerado e reconhecido socialmente como sujeito autônomo, livre, emancipado, responsável, portanto, por suas escolhas na vida. Em outras palavras, tornar-se capaz de exercer as dimensões da produção, da reprodução e da participação social e política plenas como cidadão.

Por trás desta concepção ocidental moderna, se escondiam (em), no entanto, inúmeras situações e desigualdades, algo que contribuiu para que o sociólogo Pierre Bourdieu (1983) chegasse a definir a juventude apenas como uma palavra. Um mero signo, portanto, cuja possibilidade de vivência se restringia apenas a uma determinada classe social: a burguesia.

Assim, vivenciar a juventude como momento de preparação e aprendizagem para o futuro, livre das responsabilidades atribuídas aos adultos, não era algo comum entre os filhos e as filhas das classes trabalhadoras. Em razão de suas condições sócio-econômicas, estes (as) eram obrigados, desde a mais tenra idade, a assumirem compromissos no âmbito familiar e no

5 Sobre a adolescência como moratória social imposta pela sociedade tardo-moderna aos jovens, representando um tempo de suspensão entre a chegada à maturação dos corpos e a autorização para realização dos valores sociais básicos (independência, sucesso financeiro, social, amoroso e sexual), cf. CALLIGARIS, C. A *adolescência*, São Paulo: Publifolha, 2000, p.12-21.

mundo do trabalho. Sem mencionar-se ainda que a possibilidade de experimentar a juventude como moratória social, também era um privilégio dos indivíduos pertencentes ao gênero masculino e à raça branca.

A presença destas diferenças e de desigualdades na vivência da condição juvenil provocou, por um lado, lutas sociais pelo direito de se viver a juventude, em termos da sua extensão, considerando-se a classe social, o gênero e a raça. Daí as lutas pelo direito à educação, à cultura e ao lazer, pela proibição do trabalho infantil, pela regulamentação do trabalho juvenil, entre outras. Por outro, gerou polêmicas entre os pesquisadores, assentadas na seguinte questão: a juventude seria um mero signo, uma condição comum vivenciada por todos aqueles situados numa determinada faixa etária, relativamente desvinculada das condições materiais e históricas, ou uma experiência restrita a uma dada classe social?

Para esclarecer esta polêmica e dar conta das diferenças e desigualdades, alguns autores, buscam, então, distinguir e precisar os termos juventude, condição juvenil, situação juvenil e juventudes no plural⁶. Por condição juvenil e juventude compreendem o modo como cada sociedade constrói e atribui significados a esse momento do ciclo da vida, cuja abrangência é maior, revelando uma experiência histórico-geracional, a qual carrega consigo uma dimensão simbólica e cultural.

O termo situação juvenil, por sua vez, busca expressar o modo como os diferentes sujeitos jovens vivenciam a condição juvenil, tendo em vista suas condições sócio-econômicas e ídeo-culturais, ou seja: as experiências de classe, gênero, raça, etnia, etc. Em outras palavras, é por meio da situação juvenil que se pode destacar a heterogeneidade da condição juvenil, evidenciando as diferenças e as possíveis desigualdades em sua vivência.

Assim, os estudos sobre a juventude como categoria social costumam alertar para o risco de se evitar generalizações apressadas e homogeneizações, pois é preciso desnaturalizar as construções simbólicas, relativizá-las e articular com outras categorias e planos de análise. Para destacar a heterogeneidade, diversidade e pluralidade da condição juvenil e das diferentes situações que a caracterizam, alguns autores chamam a atenção ainda para o uso do termo juventudes no plural e não no singular, no sentido de evitar o risco de homogeneizações apressadas.

O uso da expressão juventudes no plural pode incorrer, no entanto, no risco do relativismo, impossibilitando uma reflexão sobre as questões gerais que atingem de modo interclassista a experiência geracional, sobretudo no con-

6 Sobre a polêmica e os usos destas expressões para caracterizar a juventude como categoria social. Cf. SPOSITO, M. Trajetórias na construção de políticas públicas de juventude no Brasil. In: FREITAS, M.V. & PAPA, F. C. (Org.) *Políticas públicas: juventude em pauta*, pp.57-75; ABRAMO, H.W. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In: ABRAMO, H.W. & BRANCO, P.P.M. *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Instituto Cidadania, 2005, pp.37-72.

texto contemporâneo. Basta se pensar na transformação da juventude em ideal social a ser perseguido por todos, independentemente da classe social, do gênero, da raça e da geração, graças à sua estetização⁷ como signo de consumo. Um fenômeno difundido no imaginário capitalista contemporâneo, por intermédio dos meios de comunicação de massa, cujo peso na nossa experiência social é cada vez mais significativo. Daí a necessidade, ao se discutir juventude e condição juvenil na atualidade, de se levar em consideração o peso das construções veiculadas por intermédio da sua estetização, que interferem nas vivências de diferentes gerações, em especial daquelas consideradas jovens, de modo interclassista.

2. JUVENTUDE E CONDIÇÃO JUVENIL NA CULTURA CONTEMPORÂNEA: UMA CRÍTICA À ESTETIZAÇÃO

Com base nestas considerações iniciais, como compreender e interpretar, então, a condição juvenil e os jovens como sujeitos de direitos no âmbito das políticas públicas hoje? De que modo a cultura contemporânea constrói a juventude? O que mudou na concepção clássica da juventude como moratória social? Quem são os jovens de hoje e o que significa ser jovem em nossa sociedade?

Para tratar estas questões é importante retomar as intuições de pensadores contemporâneos, a exemplo de Edgar Morin (2002; 2003), que já alertava, desde as décadas de 1960 e 1970, para um fenômeno social que se torna mais visível, a partir da década de 1950 do século XX, e que hoje se expande em escala global, dada a profusão da indústria cultural e da cultura veiculada pelos meios de comunicação de massa. Trata-se da *cultura de massas*, assentada nos ideais de consumo e que promove uma espécie de segunda *juvenilização da sociedade*⁸.

Esta cultura⁹, segundo Morin (2002:153), se ancora na trindade *amor, beleza e juventude*. O cinema, a publicidade, a TV, o rádio, as novas tecnologias da comunicação e da informação são os meios responsáveis por sua

7 A estetização é compreendida como experiência sócio-cultural que decorre de uma 'explosão do estético' para além de suas fronteiras tradicionais, em razão das novas configurações assumidas pelos meios de comunicação de massa e pelas novas tecnologias informacionais, que se articulam à profusão do mercado e consumo globalizados nas sociedades contemporâneas. Estes meios assumem a função de distribuidores de informações, cultura e entretenimento, seguindo sempre critérios gerais de 'beleza', no sentido da atração formal dos produtos. A explosão do estético se revela mediante a profusão de modelos, modas, formas de comportamento, identidades e linguagens associados a diversos estilos culturais, mediados pelo consumo, e que são acompanhados da exigência de inovação constante de hábitos, costumes, gostos, objetos e ambientes. Cf. BEZERRA, T.C.E. *O estetismo difuso na experiência do hip hop: resistência e adaptação nas versões locais do MH20CE e do Movimento Hip Hop Cultura de Rua*. Fortaleza: UFC/Departamento de Ciências Sociais e Filosofia, 1999. (Dissertação de Mestrado). p.p.11-13.

8 Sobre a relação entre a expansão da indústria cultural, da cultura de massa e a juvenilização da sociedade, cf. MORIN, E. *Cultura de massas no século XX: neurose*. V.1. Trad.br. Maura Ribeiro Sardinha. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002; MORIN, E. & NAHOUM, I. *Cultura de massas no século XX: necrose*. V.II. Trad.br. Agenor Soares Santos, 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

9 Segundo Morin (2003), a cultura de massas descentraliza e entra em concorrência com o papel antes atribuído a determinadas instituições responsáveis pela transmissão cultural e socialização dos indivíduos, a exemplo da família, da escola, das instituições religiosas, do emprego assalariado, das organizações sócio-políticas, entre outras.

veiculação. Tais meios assumem uma centralidade na construção dos novos mitos, imagens, modelos de comportamento, ideais de felicidade e valores que irão povoar o imaginário social, definindo como tipos ideais de homem e de mulher aqueles considerados *jovens, belos e sedutores*.

Os meios de comunicação de massa e a cultura por eles veiculada se alimentam e ao mesmo tempo são alimentados pelos jovens, contribuindo para a propagação de uma *cultura adolescente-juvenil*, de caráter global, cujo primeiro mito é James Dean¹⁰. Ela nasce, inicialmente, nos EUA e se propaga mundialmente por intermédio do cinema hollywoodiano e dos *mass media* em geral.

A tendência de *juvenilização da sociedade* decorre, assim, da transformação da adolescência em ideal social estetizado quer para as crianças, quer para os adultos e demais grupos etários. O novo modelo de comportamento, diz Edgar Morin,

é o do homem e da mulher em busca de sua auto-realização pessoal, através do amor, do bem-estar e da vida privada. Um homem e uma mulher que não querem envelhecer, que querem ficar sempre jovens para desfrutar o amor e o presente. (2002:152)

Tal modelo se materializa nas imagens estetizadas da juventude como símbolo de beleza, saúde, felicidade e sucesso, expressas nos diversos estilos juvenis presentes na moda, na música, no cinema, na publicidade, na mídia em geral e nos ideais de consumo aí prevaletentes.

A este respeito, a psicanalista Rita Kehl (2004), ao refletir sobre a juventude na cultura contemporânea, num contexto de globalização da economia e de expansão da cultura do consumo, oferece uma contribuição importante. Na busca de responder à pergunta “quem são os jovens hoje em dia”, ela ironiza, afirmando que o *conceito de juventude é bem elástico: dos 18 aos 40 anos, todos os adultos são jovens*. (2004:89). A juventude passa a ser, então:

10 Para Morin (2002: 153) a adolescência só surge como “classe de idade” na “civilização do século XX”, momento em que o *rito social da iniciação no mundo adulto perde a sua virtude operadora, perece ou desaparece*. Algo que se acentua na segunda metade do século XX, diante das transformações sócio-econômicas e expansão da indústria cultural. O que a caracteriza é a moratória socialmente imposta pelos adultos, um tempo a mais para o aprendizado, um período em que nem se é considerado criança, nem adulto. Daí a contradição fundamental que a caracteriza: *a busca de autenticidade e ao mesmo tempo de integração na sociedade* (Idem: 154). A cultura adolescente juvenil se constrói, então, em busca desta ‘autenticidade’, uma identidade própria, e ao mesmo tempo, mediante o desejo de reconhecimento social no mundo dos adultos. Por isso, *a tendência comum aos grupos de adolescentes a afirmar sua própria moral, arvorar seu uniforme (blue jeans, blusões, suéteres), a seguir sua própria moda, a reconhecer-se nos heróis, uns exibidos pelo cinema (James Dean, Belmondo), outros oriundos da imprensa (...) uma sensibilidade adolescente se infiltra na cultura de massas...* (Idem: 155). Esta cultura é absorvida e encontra um “estilo estético-lúdico” na cultura de massa, que *desagrega os valores gerontocráticos, acentua a desvalorização da velhice, dá forma à promoção dos valores juvenis, assimila uma parte das experiências adolescentes*. (Idem: 157). Cf. MORIN, E. Juventude. In: *Cultura de massas no século XX: neurose*. pp.154,155.

um estado de espírito, um jeito de corpo, um sinal de saúde e disposição, um perfil de consumidor, uma fatia do mercado onde todos querem se incluir. Parece humilhante deixar de ser jovem e ingressar naquele período da vida em que os mais complacentes nos olham com piedade e simpatia, e para não utilizar uma palavra ofensiva – velhice –, preferem o eufemismo dos termos “terceira idade” ou “melhor idade”. (Idem: p. 89-90)

Ainda para a psicanalista, hoje em dia, *passamos de uma longa, longuíssima juventude, direto para a velhice, deixando vazio o lugar que deveria ser ocupado pelo adulto.* (Idem: p. 90). Numa sociedade pautada pela indústria cultural, diz a autora, *as identifições se constituem por meio de imagens industrializadas* (Idem: p. 93). No entanto,

poucos são capazes de consumir todos os produtos que se oferecem aos jovens e adolescentes contemporâneos – mas a imagem, o padrão ideal do jovem e adolescente consumidor, difundido pela publicidade e pela televisão se oferece à identificação de todas as classes sociais. Assim, a cultura da sensualidade adolescente, da busca de prazeres e de novas sensações, do desfrute do corpo, da liberdade, inclui todos os adolescentes e jovens. Do filhinho de papai ao morador de rua, do jovem subempregado que vive na favela ao estudante universitário do Morumbi, do traficante à patricinha, todos os adolescentes se identificam com o ideal publicitário do (a) jovem hedonista, belo, livre, sensual. (Idem: p. 93)

A propagação deste ideal individualista, hedonista e narcisista¹¹, veiculado por intermédio da estetização da juventude, favorece, por um lado, um aumento substantivo da violência, da autodestruição, do ressentimento, da frustração e da inveja social entre os que se sentem *incluídos pela via da imagem, mas excluídos das possibilidades de consumo* (Idem: p.93). Por outro, põe em risco a possibilidade de criação de outros sentidos histórico-sociais para a juventude, para além dos estetismos, do mercado e do consumo. Uma ameaça, portanto, à construção de vínculos afetivos e sociais pautados na solidariedade, no respeito às diferenças, no cuidado de si e do outro, no diálogo e na convivência social e comunitária¹².

Um dos exemplos sintomáticos deste processo é o aumento da violência juvenil e das novas formas de criminalidade, de caráter interclassista: uma

11 Sobre a relação entre individualismo, narcisismo e ressentimento na cultura contemporânea, cf. KHEL, Maria Rita. *Ressentimento*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004. Ainda sobre a individualidade mínima ou narcisista como sintoma da cultura contemporânea, cf. LASCH, Christopher. *O mínimo eu: sobre vivência psíquica em tempos difíceis*. São Paulo: Brasiliense, 1990; LASCH, Christopher. *A cultura do narcisismo: a vida americana numa era de esperanças em declínio*. Rio de Janeiro: Imago, 1983.

12 Sobre a crise no espaço social e nos vínculos afetivo-sociais como crise da política, em razão da nova forma que assume o imaginário capitalista contemporâneo. Cf. BARCELONA, P. *O egoísmo maduro e a insensatez do capital*. Trad.br. Sebastião José Roque. São Paulo: Ícone, 1995.

delinqüência por “assimilação” aos valores hedonistas do consumo e não por “desadaptação”. Outros novos sintomas da cultura contemporânea podem ser percebidos no aumento da toxicomania, da agressividade e da intolerância, que revelam o esgarçamento dos vínculos afetivos e sociais no âmbito das relações cotidianas entre e intergerações¹³.

Assim, o aprisionamento da juventude neste ideal estetizado parece deixar de fora de seu horizonte de sentido as perguntas relativas ao presente, ao modo como nos vinculamos uns aos outros (relações entre e intergeracionais), e aos sentidos da convivência social e comunitária. Numa sociedade orientada pelo consumo, por valores individualistas e narcisistas, os indivíduos estão preocupados em viver o presente, presos numa lógica sobrevivencialista, que acaba por dificultar o estabelecimento de compromissos com o outro, que não sejam alimentados por interesses materiais imediatos, efêmeros, pragmáticos e particulares. Daí a ameaça à própria vida em sociedade, pois não é possível construir liames sociais, solidariedades, compromissos com o outro, sem a mediação do afeto e da construção de relações em longo prazo¹⁴.

Estas são questões fundamentais quando se pensa na política, na cidadania, na dimensão do *nós*, onde se insere a preocupação com a convivência social, os vínculos afetivo-sociais, o futuro, o meio ambiente, a vida humana, as políticas públicas e seus fins. Ademais, o modelo sócio-econômico que sustenta os ideais de consumo ancora-se na lógica do mercado e na flexibilização da economia. Sua conseqüência mais grave, além do enxugamento do Estado e aumento das desigualdades e da miséria social, parece ser o cancelamento das possibilidades de imaginarmos um futuro diferente, novas formas de estarmos juntos, em razão do aprisionamento àqueles ideais como modelo de felicidade.

Mas em que estas reflexões podem ajudar na compreensão sobre a nova condição juvenil e os jovens de hoje? Ora, a estetização da juventude como signo de consumo, parece ter conduzido à busca exacerbada de visibilidade, sucesso, fama e reconhecimento social, mediante o acesso aos bens materiais e simbólicos, de caráter efêmero, como expressão da adesão aos modelos de comportamento que supostamente caracterizariam os jovens. Tal fenômeno, além de ameaçar a construção de vínculos afetivos e sociais inter e entre as gerações, deixa vazio o lugar do adulto, ameaça a trans-

13 Os sintomas desta estetização da juventude na cultura contemporânea, graças à difusão e assimilação da ideologia hedonista do consumo no cotidiano da “nova juventude” foram identificados pelo poeta Pier Paolo Pasolini no processo de modernização da Itália dos anos 1970. Para ele, tal assimilação causou fenômenos como: a nova criminalidade, decorrente não da desadaptação, mas da busca de ascensão e sucesso com base nos valores do hedonismo interclassista; a banalização do eros; e a falsa tolerância em relação às diferenças. Cf. PASOLINI, P.P. *Os Jovens Infelizes. Antologia de Ensaios Corsários*. Trad. bras. Michel Lahud e Maria Betânia Amoroso, São Paulo, Brasiliense, 1990.

14 Sobre a crise na sociabilidade como expressão das transformações no capitalismo contemporâneo, orientado pela lógica do curto prazo e da efemeridade, a qual provoca danos na construção do caráter dos indivíduos sociais, cf. SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter: as conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 1999.

missão de saberes e experiências, gera frustração e violência e torna ainda mais difícil para os jovens vivenciarem esta “nova condição juvenil”. São apelos e exigências irrealizáveis que esta cultura assentada na estetização lhes impõe no cotidiano.

Em outras palavras, se hoje, a juventude, por um lado e não à toa, se transforma em ideal social e há uma positivação das culturas juvenis centradas no lazer, no consumo e na experimentação; por outro, presenciamos dificuldades, cada vez maiores, dos jovens se inserirem na sociedade, por meio da entrada no mercado de trabalho, que se flexibiliza, exige maiores níveis de qualificação, e ao mesmo tempo, torna-se precarizado, e cada vez mais inseguro. O desemprego juvenil e a inserção dos jovens em formas precarizadas de emprego são sintomas deste processo.

Daí estas exigências terem trazido à tona dois processos aparentemente contraditórios: a extensão e o prolongamento da escolarização, e ao mesmo tempo, a perda da centralidade da escola na experiência dos jovens. No entanto, são dois processos que parecem se articular, em razão das novas imposições de qualificação profissional no mercado de trabalho, e ao mesmo tempo, da perda da ilusão de mobilidade e ascensão social pela via da expansão da educação secundária e universitária. Hoje, já se sabe, ante a flexibilização da economia e precarização das relações de trabalho, que o término dos estudos não é mais uma espécie de garantia para a inclusão no mercado de trabalho, sequer do acesso a um emprego assalariado, que permita a conquista da estabilidade e de direitos sociais. No entanto, exigem-se níveis mais altos de qualificação para que se conquiste um emprego, mesmo que precarizado.

Diante destes processos, ocorre, na atualidade, uma espécie de *relativização da cultura do emprego e do salário* (Abad: 2003, 24), bem como uma crise na ética do trabalho, em função dos obstáculos que se apresentam nas sociedades capitalistas contemporâneas, no sentido de possibilitarem uma *transição linear, simétrica e ordenada da juventude pelo circuito da família – escola- emprego no mundo adulto*. (Idem: 24). Isto contribui para que as trajetórias dos jovens na transição para o chamado mundo adulto se tornem hoje, cada vez mais prolongadas, indeterminadas, descontínuas e inseguras. Um fenômeno que tem colaborado na manutenção da dependência juvenil em relação à família de origem, quer em termos financeiros, quer em sentido afetivo-emocional.

Em razão destas transformações, quando se pensa na condição juvenil no cenário contemporâneo, costumam-se mencionar fenômenos como a *extensão da juventude*, a *desinstitucionalização da juventude* ou *descronologização do curso da vida*. Tais fenômenos revelam, por sua vez, um processo de *achatamento da infância, que se vê encurralada, cada vez mais, por uma adolescência que se inicia muito cedo, e, concomitantemente, por uma juventude que se prolonga até depois dos 30 anos* (Abad: 2003, 24).

Assim, a estetização da juventude como ideal social e signo de consumo, bem como sua extensão, parecem estar paradoxalmente articuladas às incertezas nas trajetórias de inserção dos jovens no mundo adulto, dado o esgarçamento das instituições que supostamente garantiam esta transição ao mundo adulto, entre as quais: a esfera do trabalho e do emprego remunerado. Tal fenômeno, por sua vez, vem contribuindo para que a nova condição juvenil se diferencie da ideia de transição dominante no imaginário e nas práticas sociais até meados do século XX. Daí já ter se tornado lugar comum, a ideia de que, hoje, a juventude teria adquirido uma importância por si mesma, conquistado autonomia, desatrelando-se da ideia de preparação para a vida adulta. O importante, agora, não seria mais a *pergunta sobre a possibilidade ou impossibilidade de se viver a juventude, mas sobre os diferentes modos como tal condição é ou pode ser vivida* (Abramo: 2005, 44).

Ora, diante de algumas mudanças na condição juvenil sinalizadas até o momento, poderíamos, então, nos indagar: em que sentido a experiência juvenil adquire importância por si mesma? Quando se menciona a autonomia juvenil, quanto à experiência social, de que autonomia e de quais jovens se está a falar? Ao se argumentar sobre a importância da juventude em si mesma e sua desvinculação da ideia de preparação para a vida adulta, não se estaria a comungar com os mesmos ideais presentes na estetização da juventude como signo de consumo? Em ideais que deixam vazio o lugar do adulto, além de ameaçarem a construção de novos sentidos sociais para a juventude, para além do mercado e do consumo? Qual a nossa responsabilidade social na reprodução deste imaginário estetizado, que tem provocado danos na experiência juvenil, a exemplo de fenômenos como a violência e as novas formas de criminalidade?

Ao problematizar estas questões, não tenciono propor aqui uma volta ao passado, no sentido de um retorno a uma condição juvenil idealizada como etapa de transição para o mundo adulto, que supostamente se realizaria de modo linear e sem conflitos entre e intergerações. Apenas comungo com a ideia de que aceitar os modelos estetizados de juventude associados aos ideais de felicidade, fama, sucesso e reconhecimento social pela via do consumo, significa aderir a ideais irrealizáveis para a maioria dos jovens, quiçá para as demais gerações. Igualmente, porque estes ideais parecem sustentar, paradoxalmente, a manutenção dos mesmos padrões de reprodução da desigualdade social e da insegurança no trabalho atualmente hegemônicos e que deixam à margem da sociedade inúmeros jovens, adultos, velhos e crianças.

Além disto, tais ideais ameaçam a possibilidade de se construir vínculos afetivos e sociais entre e intergerações no cotidiano, contribuindo até para o cancelamento da possibilidade de se imaginar outras formas de se estar juntos, sem a mediação dos modelos estetizados, dos ideais de consumo, portanto, do imaginário capitalista prevalecente. Imagino que discutir estas questões é fundamental quando pensamos na política, na cidadania,

portanto, na dimensão do *nós*. Conseqüentemente, na possibilidade de criarmos outros sentidos para a vida em comunidade e lutarmos por uma sociedade diferente, mais justa, solidária e humana para todas as gerações.

REFERÊNCIAS

ABAD, M. Crítica das políticas de juventude. In: FREITAS, M.V. & PAPA, F. C. (Orgs.). *Políticas públicas: a juventude em pauta*, São Paulo: Cortez; Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação; Fundação Friedrich Ebert, 2003. pp. 12-32.

ABRAMO, H. W. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In: ABRAMO, H.W. & BRANCO, P. P. M. (org.). *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*, São Paulo: Instituto Cidadania; Fundação Perseu Abramo, 2005. pp. 37-72.

ARIÈS, P. *História social da criança e da família*. Trad. br. Dora Flaksman. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1981.

BARCELONA, P. *O egoísmo maduro e a insensatez do capital*. Trad. br. Sebastião José Roque. São Paulo: Ícone, 1995.

BEZERRA, T.C.E. *O esteticismo difuso na experiência do hip hop: resistência e adaptação nas versões locais do MH20CE e do Movimento Hip Hop Cultura de Rua*. Fortaleza: UFC/Departamento de Ciências Sociais e Filosofia, 1999. (Dissertação de Mestrado).

BOURDIEU, P. A juventude é apenas uma palavra. In: BOURDIEU, P. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

CALLIGARIS, C. *A adolescência*, São Paulo: Publifolha, 2000.

CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Trad. br. Iraci D. Poleti. 3ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

GROPPO, L. A. *Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.

KEHL, M. R. A juventude como sintoma da cultura. In: NOVAES, R. & VANNUCHI, P. (org.). *Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. p. p .89-114.

_____. *Ressentimento*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

LASCH, Christopher. *A cultura do narcisismo: a vida americana numa era de esperanças em declínio*. Rio de Janeiro: Imago, 1983.

_____. *O mínimo eu: sobrevivência psíquica em tempos difíceis*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

LEVI, G. & SCHMITT, J. C. Introdução. In: LEVI, G. & SCHMITT, J. *História dos jovens. Da antiguidade à era moderna*. V.1. tr. br. Cláudio Marcondes, Nilson Moulin e Paulo Neves. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p.7-17.

MORIN, E. *Cultura de massas no século XX: neurose*. V.I. tr.br. Maura Ribeiro Sardinha. 9ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

_____. *Cultura de massas no século XX: necrose*. V. II. tr.br. Agenor Soares Santos. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

NOVAES, R. Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias. In: ALMEIDA, M. I. M. & EUGÊNIO, F. (org.). *Culturas jovens: novos mapas do afeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. pp.105-135.

PASOLINI, P.P. *Os Jovens Infelizes. Antologia de Ensaios Corsários*. Trad. bras. Michel Lahud e Maria Betânia Amoroso, São Paulo, Brasiliense, 1990.

SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter: as conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 1999.

SPOSITO, M. P. & CARRANO, P.C.R. Juventude e políticas públicas no Brasil. In: *Anais 26ª Reunião Anual do ANPED*. Poços de Caldas, MG: ANPED, 2003. pp.16-39.

SPOSITO, M. Trajetórias na construção de políticas públicas de juventude no Brasil. In: FREITAS, M.V. & PAPA, F. C. (Org.) *Políticas públicas: juventude em pauta*. São Paulo: Cortez; Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação; Fundação Friedrich Ebert, 2003. pp.57-75.